

Orçamento terá reuniões nos finais de semana

12 NOV 1991

Scheila Bernadete

A Comissão Mista de Orçamento não cumpre seus prazos e, para compensar o que não realizou durante meses, anuncia sessões extraordinárias aos sábados e domingos. Ontem, apenas quatro relatores parciais — do total de 67 — entregaram seus pareceres à Comissão, cumprindo o cronograma. O senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO), presidente da Comissão, está tranqüilo: "Já amanhã vamos começar a analisar os relatórios entregues e os que forem chegando".

Pela amostragem, e se o ritmo da apresentação dos relatórios for seguido, as atividades serão mínimas. É que os setores concluídos são justamente os que registram menor número de emendas. São: o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, com 5 emendas; o relativo ao Ministério das Relações Exteriores e o que analisa a parte destinada ao Datamec e CEF, com apenas uma, e a parte prevista para as privatizações como Açominas e Usiminas, com nenhuma emenda apresentada.

O Ministério da Ação Social é o órgão campeão de emendas a serem remanejadas dos recursos do Orçamento da União para 92 em projetos aos estados e municípios: 24 mil de um total de 71 mil emendas. A destinação de verbas feitas pelo Executivo para este Ministério é de Cr\$ 798.909 bilhões. Já a Secretaria de Desenvolvimento Regional, que detém o maior recurso orçamentário destinado a órgãos

da Presidência da República, com Cr\$ 298 bilhões, recebeu 3 mil 459 emendas. O tratamento prioritário pode ser analisado como uma retribuição do presidente Collor ao seu ex-tesoureiro de campanha eleitoral, Egberto Baptista, titular da Secretaria.

Coordenação

O novo relator-geral da Comissão Mista de Orçamento, deputado Ricardo Fiúza, líder do PFL, passou toda a tarde de ontem reunido em seu apartamento com cerca de 15 parlamentares responsáveis por relatorias parciais em vários setores. Este trabalho ele começou a desenvolver à semana passada. A intenção é forçar que os políticos rejeitem todas as emendas que forem consideradas "exageradas", "para evitar qualquer tipo de benefício dentro da comissão".

Como o relatório preliminar aprovado limita em 25% os cortes a novos investimentos, Fiúza também tem a intenção de pedir ao Presidente da República que vete os recursos volumosos destinados a determinadas regiões em detrimento de outras, conforme estudo realizado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Fiúza revelou que na primeira reunião da comissão, a partir de hoje, vai propor um acordo às lideranças para evitar a polarização dentro da comissão. Uma das primeiras medidas de Fiúza, segundo declarações anteriores, será a indicação de um grupo de parlamentares de sua confiança para coordenar os 67 relatores parciais.